

EDITORIAL • Por uma atitude científica nas discussões sobre estratégias anticorrupção

DOI 10.36428/REVISTACGU2595-668X112001

Marcio Cunha Filho¹, Temístocles Murilo de Oliveira Júnior² e Vítor César Silva Xavier³

A Revista da CGU apresenta esta edição especial, fruto do Seminário “Repensando o Esforço Anticorrupção no Brasil”, realizado em Brasília em novembro de 2018 e organizado pela ENAP e American University, com colaboração do Tribunal de Contas da União (TCU), do Ministério Público da União (MPU) e da Controladoria-Geral da União (CGU). O comitê editorial convidou todos os participantes do seminário para submeter artigos relacionados com suas apresentações. Quando recebidos, os textos foram submetidos ao processo de avaliação de duplo *peer review* e posteriormente a revisão e decisão editorial. A edição marca ainda a utilização, pela primeira vez, do DOI – *Digital Object Identifier*. Além disso, a presente edição pode ser considerada um trabalho de transição, uma vez que em outubro de 2019 tomará posse nova comissão editorial, que encontra uma Revista fortalecida e em condições de avançar ainda mais nos próximos anos.

A Revista da CGU tem como destinatários finais servidores públicos, acadêmicos e, principalmente, o público em geral. Acreditamos que discussões sobre combate à corrupção, legitimidade de instituições públicas, transparência e controle social só fazem sentido se envolverem e engajarem tanto agentes públicos quanto a sociedade civil, que devem unir esforços no sentido de pensar em soluções para os muitos desafios com os quais o Brasil se depara nesse campo. Conjugando teoria e prática, a Revista da CGU vai se consolidando como um espaço singular no Brasil para a realização de discussões aplicadas e que visem pensar e propor soluções práticas por meio de reflexões teóricas aprofundadas.

Neste número, a Revista da CGU dá um passo definitivo no sentido de proporcionar ao público discussões qualificadas, plurais e científicas sobre estratégias de combate à corrupção, transparência e controle social no Brasil e no mundo. Por outras palavras, a Revista avança para a promoção de uma *atitude científica*, definida como um sistema de pensamento cujo cerne é a ideia de que “as respostas a questões empíricas serão encontradas não em deferência à autoridade ou ao compromisso ideológico, mas sim na evidência reunida em torno do objeto que está sendo investigado” (McIntyre, 2019, p. 3). Em um contexto mundial em que o antagonismo e o acirramento de ânimos passam a cada vez mais influenciar debates sobre políticas públicas, pensar esses temas por meio de uma atitude científi-

¹ Editor-adjunto da Revista da CGU. Doutor em Direito pela Universidade de Brasília, Professor do curso de graduação em Direito do Instituto Brasileiro de Direito Público e Auditor Federal de Finanças e Controle.

² Editor-adjunto da Revista da CGU. Doutor em Políticas Públicas pela UFRJ e Coordenador-Geral de Inovação na Prevenção à Corrupção. Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União. Pesquisador Visitante na Temple University (2016-2017).

³ Editor-chefe da Revista da CGU. Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União.

ca, apoiada em dados e em teorias falsificáveis, é essencial para permitir a reconstrução de consensos e para nos aproximar de soluções satisfatórias para a sociedade. Com efeito, é urgente que passemos a nos pautar cada vez mais por dados empíricos e por teorias explicativas, relegando a um segundo plano o papel de ideologias, crenças ou dogmas.

Nesse contexto, os artigos do presente número se pautam por proporcionarem reflexões empíricas qualificadas, indo além de abordagens meramente normativas. Algumas das contribuições deste número incluem: artigo de Maria Teresa Sadek, que aborda a mudança de enfoque no debate sobre políticas anticorrupção, que deixa de ser uma pauta “moralista” para ser encarado como um problema real e com consequências econômicas e sociais deletérias, o que acarretou mudanças na percepção popular sobre corrupção e na dinâmica das instituições de controle; artigo de Luciano Da Ros, que introduz o conceito de *accountability* legal e chama atenção para a frequente subvalorização das sanções administrativas, que têm na verdade um grande potencial de servir como instrumento de controle da corrupção; artigo de Paulo Castro, que aborda o processo de construção de legitimidade do Poder Judiciário – que envolve capacidade de punir, independência de sua atuação, justiça processual e motivação jurídica –, bem como fatores que colocam em risco tal construção; artigo de Guilherme France, que se debruça sobre as novas medidas anticorrupção como uma nova forma de participação popular no processo legislativo; e artigo de Vanessa de Macedo, que apresenta uma comparação sobre o papel desempenhado pela sociedade civil e por agentes estatais nos processos de aprovação das suas respectivas Leis de Acesso à Informação no Brasil e no México, tentando relacionar a efetividade das leis (ou sua falta) à representatividade popular construída em torno delas.

Dentre as muitas contribuições que a presente edição traz para o progresso do conhecimento científico no Brasil, cabe ressaltar as traduções inéditas de dois importantes artigos que já são referência em seus subcampos e que foram publicados originalmente em duas das mais prestigiadas revistas internacionais, a *Deadalus* e a *World Development*. Em “*Alcançando a Accountability: Uma Abordagem para o Planejamento e Implementação de Estratégias Anticorrupção*”, Matthew Taylor se debruça sobre três casos históricos de êxito na luta contra corrupção – Geórgia, Ruanda e Japão. Observando que apenas raramente iniciativas pró-controle se convertem em mudanças duradouras nos sistemas políticos, ele afirma que o nível de *accountability* de um país resulta da transparência, fiscalização e sanção, moderados pela efetividade das instituições e pelo seu grau de dominância política. Já em “*Controle Social: o que as evidências realmente mostram?*”, Jonathan Fox realiza uma revisão bibliográfica sistemática para extrair lições gerais sobre os contextos e as condições em que iniciativas de controle social podem efetivamente produzir mudanças nos sistemas políticos. Segundo o autor, são mais propensas a gerar mudanças as iniciativas “estratégicas” de controle social – entendidas como iniciativas multidimensionais que associam o empoderamento do cidadão com o reforço de instituições estatais capacitadas para responder às novas demandas que surgem em decorrência dos canais de controle social.

Combinadas, as duas traduções marcam não apenas a inserção internacional da Revista, mas também consolidam propostas de criação de um vocabulário próprio para debates relativos ao controle, trans-

parência e combate à corrupção no Brasil. A identificação e nomeação dos termos relevantes são pré-requisitos para a constituição de um campo de pesquisa autônomo e para a estruturação de novas agendas de pesquisa. Nesse sentido, esperamos que a tradução do texto de Jonathan Fox sobre o campo da *social accountability*, traduzido nessa edição como controle social, seja um passo importante na constituição de uma agenda de pesquisa sistemática no Brasil acerca da efetividade desses mecanismos de controle social. Cabe ressaltar, sobre essa tradução, que, ainda que a expressão controle seja sabidamente mais restrita semanticamente do que o termo original *accountability*, nossa opção por essa tradução nesse contexto se faz por ser essa expressão amplamente utilizada no campo da prática administrativa brasileira, e também pela necessidade de se tentar consolidar termos próprios para o debate, mesmo que esses termos sejam eventualmente revisados, discutidos e disputados.

As traduções são apenas uma parte da estratégia de internacionalização da Revista, que também passa a contar com um espaço para publicações originais em língua inglesa. O primeiro artigo publicado em idioma estrangeiro, inédito e original, é de autoria de Robert Gregory Michener sobre os impactos da transparência e da Lei de Acesso à Informação no Brasil. Em seu texto, o autor admite que os impactos da transparência são difíceis de serem medidos, mas é contundente ao afirmar que a transparência sempre fez e continuará a fazer a diferença; o autor também chama atenção para necessidade de mais investimentos em instituições públicas promotoras da transparência, como a CGU, e para a necessidade de coordenação institucional para a implementação de políticas públicas relacionadas à transparência, tais como a política de proteção de dados. A publicação original deste artigo em língua inglesa também permite que o Brasil passe a ser objeto de interesse por parte de acadêmicos internacionais na área de transparência pública, reforçando o movimento já iniciado pela Revista de inserção em bases acadêmicas internacionais.

A CGU segue incansável no seu propósito de oferecer à sociedade brasileira serviços públicos de excelência. A Revista e esta edição em especial representam resultados do esforço conjunto e contínuo de diferentes agentes públicos e acadêmicos nas reflexões sobre corrupção, transparência, confiança nas instituições e controle social. Seguimos abertos a construir espaços de produção qualificada e inovadora de conhecimento científico.

Brasília, outubro de 2019.

Referências

MCINTYRE, Lee. *The Scientific Attitude: Defending Science from Denial, Fraud, and Pseudoscience*. Cambridge, Massachusetts Institute of Technology Press, 2019.

Boa leitura!